

MINISTÉRIOS MILITARES

Raul Pilla

NAS democracias européias, as pastas militares são habitualmente ocupadas por civis, até mesmo durante a guerra. É natural. Não se trata de cargos técnicos, mas de cargos políticos, ou, explicando melhor, de cargos em que se exerce a técnica política, que é uma técnica geral. Assim é que, se por exceção é ocupado por militar o posto, trata-se de militar, que, também por exceção, é juntamente político, ou é mais político, do que militar.

Não é, assim, de sua natureza que as pastas militares sejam ocupadas por militares. Não é necessário, nem sequer conveniente. No Brasil, já tivemos a clara demonstração disto: na Monarquia eram geralmente civis os ministros e, na República, os melhores resultados deram os ministros civis do presidente Epitácio Pessoa.

Com efeito, o ministro civil não tem como, nem porque imiscuir-se na vida íntima da corporação e limita-se a traçar e observar as diretrizes políticas da administração militar; o ministro militar, pelo contrário, é parte da corporação que dirige e não pode fugir às correntes que em seu seio se formam, quando éle mesmo não é quem as fomenta. Em outros termos, o ministro militar é quase sempre fator de dissensões na classe.

Se a isto acrescentarmos que o militar ministro tende inevitavelmente a comandar a corporação, em vez de simplesmente administrá-la, o que pode pôr em grave risco o poder civil, teremos avaliada os graves inconvenientes, os verdadeiros perigos de tal prática.

É o que demonstra, de modo particularmente eloquente, a atualidade política brasileira. O ministro transfere a sua política pessoal para o seio da corporação e aos interesses dela subordina a administração, removendo, promovendo e, até, negando a camaradas o ensejo de aperfeiçoamento técnico. Um ministro civil nunca teria tais possibilidades.

Assim, se o país lucraria muitíssimo com o restabelecimento da antiga praxe democrática, com ela muito mais lucrariam as classes armadas, que poderiam exercer tranquilamente a sua alta missão constitucional. Isto, naturalmente, quando o nosso regime democrático tivesse passado pelas reformas indispensáveis ao seu normal funcionamento. Com o governo pessoal e praticamente irresponsável que temos, não se pode evitar, nem sequer dispensar a intervenção militar na vida política do país.